

## **A CRUCIALIDADE DOS CONDICIONANTES INTERNOS:**

### **O desenvolvimento comparado das colônias temperadas inglesas entre 1850 e 1930<sup>♦</sup>**

Cristina Fróes Reis<sup>\*</sup>

Fernanda Graziella Cardoso<sup>♦</sup>

**Resumo:** Fundamentado numa retomada histórico-analítica da trajetória sócio-econômica da Austrália, do Canadá e da Argentina, o presente trabalho investiga porque tais países - que possuíam em comum o fato de serem colônias temperadas inglesas - mesmo partindo de condições aparentemente muito semelhantes, atingiram resultados econômicos e sociais tão distintos. Apesar das autoras partirem da noção das relações de poder características do Sistema Mundial naquele período, atribuem papel crucial aos condicionantes internos para a escolha da estratégia de crescimento e desenvolvimento econômicos e defendem que somente a partir de uma combinação analítica dos fatores externos e internos, bem como de suas interações, é possível entender porque determinadas estratégias foram adotadas.

**Abstract:** Based on an historical-analytical review of the social-economical path of Australia, Canada and Argentina, this paper investigates why such countries - that had in common the fact of being British temperate colonies - in spite of starting from apparently very similar conditions, they reached distinct economical and social results. Although the authors do not ignore the typical power relations of the World System at that time, they attribute crucial role to the internal features of these countries for the growth and development strategies chosen and support that only from an analytical combination of the internal and external features, such as their interactions, it is possible to understand why particular strategies were taken.

**Palavras-chave:** fatores internos; poder; desenvolvimento.

**Keywords:** world system; power, development

**Sub-área SEP:** 04 – História Econômica Geral – SESSÕES ORDINÁRIAS

---

<sup>♦</sup> Agradecemos, sem implicar, as contribuições dos professores José Luís Fiori, Franklin Serrano e Carlos Aguiar de Medeiros do IE-UFRJ.

<sup>\*</sup> Economista pela FEA-USP e mestranda pelo IE-UFRJ ([titireis@ie.ufrj.br](mailto:titireis@ie.ufrj.br))

<sup>♦</sup> Economista pela FEA-USP e mestranda pelo IE-UFRJ ([fernandacardoso@ie.ufrj.br](mailto:fernandacardoso@ie.ufrj.br))

## Introdução

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise comparativa do processo de desenvolvimento econômico percorrido pelos domínios formais, Austrália e Canadá, e pelo dito domínio informal<sup>1</sup>, a Argentina, enfocando o período que vai desde meados do século XIX até a década de 1930. Com vistas a elencar os elementos cruciais para o entendimento do processo de desenvolvimento econômico desses países, serão apresentadas as histórias de suas trajetórias, destacando os respectivos modelos de inserção internacional – fatores externos - e seus aspectos políticos e econômicos - fatores internos.

Fundamentalmente o que buscou-se discutir e compreender foi a maneira como esses fatores - bem como sua interação - promoveram a separação das trajetórias econômicas, embora não exista resposta trivial e, tão pouco, consensual. A não convergência do pensamento das diferentes escolas de desenvolvimento está presente já no ponto de partida, que pode se contrapor entre político ou econômico. A divergência prossegue quanto ao maior ou menor destaque para os fatores internos e externos<sup>2</sup>. Essas diferenças resultam em uma grande gama de interpretações para as causas do atraso dos países latino-americanos e avanço das colônias brancas inglesas. Este artigo não nega e, inclusive, parte do pressuposto de que o desenvolvimento destes países somente pode ser compreendido dentro de um contexto de Sistema Mundial, no qual prevaleceu a hegemonia inglesa no período analisado. Entretanto, sugere-se que os condicionantes internos são fundamentais para a investigação proposta.

A escolha dos países se baseou na semelhança das condições iniciais que decorreram, principalmente, do fato de terem sido colônias temperadas britânicas. Outras antigas colônias poderiam ser igualmente citadas, tais como a Nova Zelândia e os Estados Unidos. No entanto, optou-se pela Austrália, Canadá e Argentina porque os três países estavam em estágio semelhante de desenvolvimento no momento de partida da análise. Conforme será discutido mais detalhadamente adiante, as estratégias adotadas por suas respectivas elites implicaram distintas dinâmicas internas de crescimento a partir do início do século XX.

O artigo possui três seções além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira seção, desenvolve-se o “pano de fundo” das relações internacionais e reforça-se a importância dos condicionantes internos. Já na segunda seção, apresenta-se uma retrospectiva histórica da formação sócio-econômica dos três países, destacando os aspectos que serão utilizados como base para a análise comparativa que será desenvolvida na seção final, na qual as autoras sugerem também uma

---

<sup>1</sup> Fiori, 1999, p. 68.

<sup>2</sup> Sobre essa questão, vale lembrar Sunkel (1970). A intenção em distinguir os fatores “internos” e “externos” nada mais é do que “um recurso simplificador inicial, para facilitar uma exposição ordenada”, pois “as chamadas estruturas ‘internas’ são, na realidade, consequência de um processo histórico de interação entre o interno e o externo, e que as chamadas vinculações externas têm manifestações internas muito concretas e poderosas” (2000: 527).

possível explicação do porquê tais países obtiveram resultados de desenvolvimento econômico tão distintos.<sup>3</sup>

### 1. Base teórica: os determinantes político-econômicos

O desenvolvimento não pode ser pensado em termos somente nacionais, pois se trata de uma questão global cuja unidade de análise é econômica, política e supranacional. O sistema mundial interestatal está permanentemente em conflito, como se sempre houvesse uma guerra em potencial: a luta pela acumulação de riqueza e poder é constante. E o próprio Estado em si não está isolado e também é perpassado por disputas de poder<sup>4</sup>. Existe uma hierarquia perceptível ao longo da história entre poder e riqueza.

No período histórico analisado, o grande *hegemon* mundial era a Inglaterra. Segundo Fiori (2004), as ações expansionistas do *hegemon* sempre têm efeitos negativos. É importante ressaltar que o Estado que detém poder hegemônico continua competindo com os outros países para expandi-lo, assim como sua riqueza, por conta do caráter potencialmente transitório da hegemonia. É neste contexto que devemos interpretar o papel inglês no processo de desenvolvimento – ou na tentativa de – dos seus domínios.

Há estados militarizados periféricos que nunca chegarão a ser potências. Há também “países ricos que não são, nem nunca serão, potências expansivas, nem farão parte do jogo competitivo das Grandes Potências”.<sup>5</sup> Para serem potências, os estados precisam de uma economia competitiva, vigorosa e inovadora, cujos objetivos de acumulação os impulsionem a expandir. Pode-se afirmar que o papel coadjuvante do Canadá e da Austrália ao longo da história deve-se justamente à falta deste impulso expansionista-imperialista, a despeito de suas economias fortes.

Fiori define “quase-estados” como sendo os países que não têm soberania real. Eles são subordinados aos interesses das grandes potências e não conseguem formar, autonomamente, a identidade nacional, uma moeda “forte” e um sistema de dívida pública necessários para possibilitar expansão da acumulação de capital e poder. A condição de quase-estado aplica-se perfeitamente, por exemplo, à Argentina. A excessiva dependência histórica de capital, possibilitou a união entre os interesses expansionistas das potências hegemônicas com os grupos de interesses dominantes da periferia. Estes grupos, diferentemente do que os dos ex-domínios formais ingleses estudados, não

---

<sup>3</sup> O presente trabalho concede papel central e necessário à industrialização para que se configure de fato o desenvolvimento econômico. E a explicação para tal demarcação reside na constatação de que a produtividade depende grandemente da extensão da divisão social do trabalho. Além disso, contrariando a teoria ricardiana das vantagens comparativas, a verdadeira vantagem provém da especialização em atividades com capacidade indutiva, ou seja, que possam gerar efeitos de encadeamento e retroalimentação por toda a economia.

<sup>4</sup> Seguindo a sugestão de Fiori (1999), um problema teórico fundamental reside na definição ambígua da relação entre o Estado, as economias nacionais e os sistemas econômico e político internacionais. O Estado não pode ser definido por uma construção ideológica idealizada, na medida em que se trata de mais um palco de disputa de poder. (pp. 26)

<sup>5</sup> Fiori, 2004, p.49.

tinham um projeto nacional industrializante que criasse bases sólidas de desenvolvimento econômico.

Dessa forma, os modelos de desenvolvimento capitalista no século XIX sob hegemonia da Inglaterra das colônias temperadas não possibilitaram que eles fizessem parte do eixo central de poder do Sistema Mundial. Portanto, a relação que tais países estabeleciam com a Inglaterra seria outro fator criador de diferenças. Os países que fizeram *catch-up* através de políticas mercantilistas/nacionalistas, como os EUA, a Alemanha e o Japão conseguiram porque seus projetos nacionais eram expansionistas, existia uma relação de complementaridade virtuosa acumulativa com o *hegemon* e eles entraram em guerra quando sua expansão foi bloqueada.

Conforme observa Fiori (1999), apesar da reação dos “povos menos favorecidos” ser uma fonte potencial de impedimento da expansão ilimitada do poder do *hegemon*, isso não significa que seja suficiente para quebrar a tendência polarizante do sistema mundial. No entanto, tal desigualdade não pode ser tão grande e generalizada a ponto de quebrar a mola propulsora do movimento de acumulação. Dessa maneira, argumenta-se que a relação que a Inglaterra estabeleceu com os países analisados sempre manteve uma tensão política que não resultasse em ameaça ao seu poder. Desta forma, tanto a relação de “desenvolvimento a convite” travada com seus domínios formais e com a Argentina, quanto as relações mais exploratórias como a desenrolada com a Índia, mantiveram a resiliência necessária para que a Inglaterra prosseguisse acumulando poder e riqueza.

Se o comércio mundial agrava ou neutraliza conflitos, depende das circunstâncias políticas, salienta Gilpin (1987). Algumas conseqüências políticas do comércio são a existência ou ausência de um poder dominante ou hegemônico que administra o sistema de comércio internacional; a taxa de crescimento econômico deste sistema e o grau de homogeneidade da estrutura industrial, que por sua vez determinaria a composição das importações e das exportações. Por conseguinte, partindo do fato consumado de que existe um Sistema Mundial bem estabelecido e com relações claras de poder entre seu principal pólo, a Inglaterra, as demais potências e os integrantes da periferia, este trabalho investiga fatores que podem explicar as diferentes trajetórias de desenvolvimento percorridas por países que partiram de condições semelhantes e resultaram em situações diferentes.

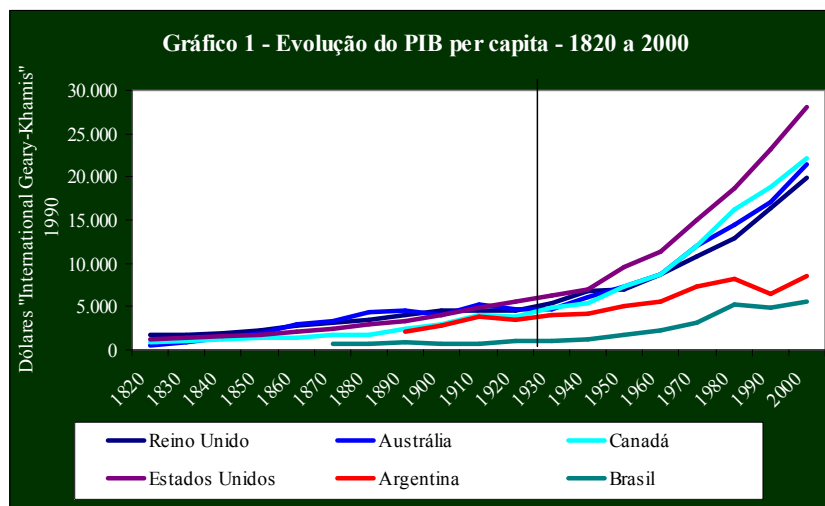
Lewis (1954) afirma que a revolução industrial inglesa desafiou os outros países no século XIX a fazerem o *catch-up* econômico e tecnológico através ou da imitação ou do comércio. O caminho da imitação era mais promissor, todavia muitos países se inseriram no comércio internacional como exportadores de produtos primários porque não tinham aumentado a produtividade agrícola.

A visão estruturalista de Prebisch (1949) aproxima-se de Lewis na questão sobre a produtividade agrícola. Segundo ele, é preciso saber extrair do comércio internacional os elementos propulsores de crescimento, acumulando capital para aumentar produtividade agrícola. Mas o

aumento de produtividade deve ser eficazmente aplicado no sentido da industrialização. Este deveria ter sido o projeto dos países da América Latina, pois o progresso técnico e o aumento da eficácia produtiva conduziram ao aumento de salário real, reduzindo a distância entre o centro e a periferia.

Lewis observa também que como a mão de obra de agricultura temperada competia diretamente com a mão de obra europeia – lembrando também que no caso da Argentina, Canadá e Austrália grande parte da mão de obra era imigrante, o que implica que o salário teria função de atrator – seus níveis de salários eram consideravelmente maiores em relação ao dos trabalhadores de agricultura tropical, que competiam basicamente com a mão de obra asiática. Com níveis de salários maiores, e conseqüentemente melhores padrões de vida, os efeitos de integração e retro-integração via processo multiplicador foram muito mais intensos no caso dos países de agricultura temperada na medida em que se estabeleceu um mercado interno integrado. Diante desta perspectiva, o termo de troca mais defasado, bem como os diferentes níveis de vida implicados pelas diferenças salariais, seriam uma das principais explicações para a separação de trajetória de crescimento dos países tropicais vis-à-vis Argentina, Canadá e Austrália. Vale ressaltar que as diferenças de tipo de inserção internacional não foram de natureza geográfica (país temperado ou tropical), mas sim de nível de salários.

As chamadas “colônias brancas” eram verdadeiras extensões do território inglês e, por isso, os imigrantes puderam implantar as próprias técnicas de produção inglesas. Conforme bem observa Fiori (1999), a forma de subordinação e integração colonial entre a Inglaterra e seus domínios formais e a Argentina - domínio informal - consistia, basicamente em pesado investimento em troca de produtos agropecuários necessários e complementares à economia inglesa. Estes países, no início do século XX, estavam entre as sociedades com maior nível de renda *per capita* do mundo, conforme mostra o gráfico 1.



Fonte: Maddison (2004) The World Economy: Historical Statistics.

No entanto, a partir da década de trinta claramente o nível de renda *per capita* da Argentina iniciou o distanciamento em relação aos outros países que foram colônias temperadas britânicas. Mas o que explicaria, então, a diferença tão gritante entre os processos de desenvolvimento<sup>6</sup> verificado na Argentina comparativamente ao Canadá e Austrália?

Para responder a esta pergunta, é também necessário investigar além da relação entre a Inglaterra e os seus domínios. Do ponto de vista das relações de poder internacional, notadamente o Canadá e a Austrália eram um espaço preferencial de investimentos ingleses. Por outro lado, do ponto de vista interno, as opções das elites dominantes australiana e canadense foram extremamente diferentes comparativamente à elite argentina. E ainda, tal qual discute Bethell (2002), a análise dos mercados de fatores contribui para a compreensão de quais eram as condições de escassez ou abundância dos recursos produtivos e quais foram as implicações delas para a formação das classes sociais e do sistema político que implicaram no modelo de desenvolvimento econômico tomado.

Em todos os países analisados a terra era um fator abundante. No entanto, a forma de apropriação da terra por parte dos novos colonos foi diferente. Os territórios da Austrália e do Canadá pertenciam à Coroa inglesa. Sua apropriação fora feita mediante a compra ou concessão, mas sempre com restrições. Esta configuração da propriedade da terra resultou em um modelo muito menos concentrado na grande propriedade do que na Argentina, onde a ocupação durante a fase colonial resultara em uma distribuição desigual das terras, em geral não comercializadas. Mesmo após a independência, a forma de distribuição das terras, muito baseada também na posse ilegal, continuou desigual e baseada em grandes propriedades rurais. Confrontando as duas formas de distribuição, claramente a da Austrália e do Canadá foi mais eqüitativa.

Na próxima seção será apresentado como as elites australianas e canadenses chegaram ao poder e o porquê delas terem optado por um projeto industrializante desde o início, ao contrário das elites argentinas que deliberadamente, e muitas vezes com o apoio das outras camadas da sociedade, optaram por permanecer como economia primário-exportadora, opção essa que implicou precocemente no esgotamento do processo de desenvolvimento.

## **2. O processo de desenvolvimento econômico dos domínios ingleses**

### **2.1. Austrália**

Noel Butlin (1959) chamou a condução da colonização inglesa na Austrália de socialismo colonial. Segundo ele, este termo é comumente usado para designar o caráter de intervenção positiva do governo, cuja pretensão principal era a formação de capital através da relação particular

---

<sup>6</sup> Para analisar as trajetórias de desenvolvimento, seria mais completo evidenciar as diferenças em outras variáveis das contas nacionais, indicadores de industrialização e sócio-demográficos etc. Contudo, pela falta de espaço, toma-se como dado e amplamente conhecido que o grau dos desenvolvimentos canadense e australiano são mais elevados do que o argentino desde entre os anos vinte e quarenta.

entre governo e instituições privadas que prevaleceu na economia australiana a partir da segunda metade do século XIX.

A Austrália apenas recebeu este nome após o *Commonwealth* em 1901. Até então, eram seis colônias autônomas entre si - *New South Wales*, *Tasmania*, *Victoria*, *South Austrália*, *Western Austrália* e *Northern Austrália* -, mas subordinadas à Coroa inglesa. As regiões Sul e Sudeste, de clima mais temperado, tornaram-se o celeiro do país. Desenvolveu-se principalmente a pecuária ovina e plantação de trigo. Estes produtos atendiam à demanda interna plenamente e o excedente era exportado. Os usos derivados, como farinha, tecido, manteiga, cerveja, fomentaram a produção manufatureira. Estas áreas abrigaram e até hoje abrigam a maior parte da população da ilha.

Desde o primeiro século de colonização, o governo mantinha um alto nível de planejamento econômico e representava equilibradamente as classes mais importantes da sociedade; proprietários de grandes fazendas, de pequenas fazendas, industriais, comerciantes, profissionais autônomos e trabalhadores. Investia em infra-estrutura e setores importantes para a condução do desenvolvimento. Dois terços destes gastos eram salários.<sup>7</sup> A atuação do governo colaborou para a afirmação do modelo de crescimento conduzido por exportação primária (lã, trigo e carne), manutenção de alto nível de salários e monopólio estatal em transporte e comunicação.

A administração colonial também atuava orientando o investimento privado através do seu sistema de taxação, vendas de terra, venda de debêntures, transações bancárias e direta competição por capital em Londres. Em 1866 a industrialização nas colônias começou a crescer. Shaw (1944) afirma que o governo protegeu a indústria infante - notadamente a de produtos derivados agrícolas e de consumo diário - colocando tarifas de 10% aos importados (materiais de imprensa, ferro, cerveja, manteiga, farinha, têxteis, calçados), que em 1877 foram elevadas para 30 a 40%.

A terra era um fator abundante e propriedade da Coroa inglesa. A terra era ou vendida, em geral em pequenos lotes, ou concedida ou arrendada. Algumas colônias organizavam leilões públicos e tinham desenvolvido assembléias especiais para tratar da questão das terras. As leis eram mais favoráveis à pequena propriedade, concedendo condições melhores para quem comprasse este tipo de terreno. O sistema de divisão das terras é um fator relevante para a formação das classes sociais, pois não permitiu que uma grande classe latifundiária emergisse e dominasse o governo.

O maior motivo para a lã ter se tornado o principal produto de exportação foi o fato da pecuária de ovelhas ser pouco trabalho-intensiva. Em 1850, a Austrália exportava o equivalente a 50% da lã importada pela Inglaterra.<sup>8</sup> Este setor também foi impulsionado durante a guerra da secessão nos Estados Unidos, que a redirecionou a demanda inglesa para a Austrália (bem como a demanda de algodão).

---

<sup>7</sup> Shaw (1944).

<sup>8</sup> Shaw (1944).

A descoberta do ouro na segunda metade do século XX aumentou a imigração livre não assistida de ingleses e de chineses também. Por este motivo, não só a população cresceu, mas também o índice de urbanização. Além de promover uma “marcha para o oeste”, a economia aurífera incentivou a expansão do mercado interno, provocou aumento de preços, de produção agrícola e de manufaturas, também ampliou a produção de carvão e a exportação de minérios, intensificou comércio e provisão de serviços públicos.

O trabalho era um fator escasso e requeria imigração inglesa constante para a Austrália durante todo o século, assim uma proporção de um quarto a um terço da população era nata na Inglaterra. Por falta de trabalhadores e pelos seus custos, a produção agrícola requereu aumento de produtividade via inovações tecnológicas, produzidas internamente. A economia do ouro aumentou o poder político dos trabalhadores, que exerciam pressão política real desde 1840.<sup>9</sup> O nível de emprego sempre foi historicamente alto e os salários cresciam a taxas estáveis. Os governos coloniais passaram a regular a base mínima de salários e reajustes a partir de 1870.

A oferta de capital nas colônias era preponderantemente por parte de empréstimos da Inglaterra, uma vez que a moeda das colônias era a libra, não emitida localmente. Em 1817 foi aberto o primeiro banco privado da colônia *New South Wales*. Entre 1860 e 1890, dois terços da formação bruta de capital foi feita com capital inglês.<sup>10</sup>

<b>Tabela 1 - Medida da Dependência Externa da Austrália</b>						
Ano	População		Exportações		Importações	
	Crescimento anual	Imigração Líquida	Total	p/ GBR	Total	da GBR
1861	21974	-29,8%	17,4	66,6%	17,7	70%
1870	55117	28,9%	18	60%	17,8	63,5%
1880	68766	34,6%	27,3	80,2%	22,9	72%
1890	86036	26,6%	29,3	70%	36,2	65%

Fonte: Butlin, 1959.

A terça parte da formação de capital restante provinha de exportações, cujas vendas entre 1861 e 1890 eram cerca de 75% para a Inglaterra. A Austrália possuía alta propensão a importar, mais ou menos na mesma ordem de valor das exportações.

O Estado e a iniciativa privada tiveram pesos semelhantes na formação de capital bruto. A formação bruta de capital concentrou-se em ferrovias e máquinas agrícolas, o que contribuiu para a expansão da demanda doméstica.

<b>Tabela 2 - Composição da formação de capital na Austrália (milhares de libras)</b>							
Ano	FBC Privada			FBC Governo			
	Residencial	Agrícola e pastoril	Outros	Ferrovias	Comunicação	Autoridades locais	Outros
1861	1506	1198	449	1252	880	387	541

<sup>9</sup> Um exemplo interessante para dimensionar a organização dos trabalhadores eram as reuniões inter-coloniais entre cerca de 40 sindicatos a partir de 1876. Nesta época, aprovaram-se leis como jornada de trabalho de oito horas por dia, regras mais duras contra exploração infantil e da mulher, sobre condições do ambiente de trabalho, etc. (Shaw, 1944)

<sup>10</sup> Butlin (1959).



1870	2792	1205	659	857	473	901	484
1880	3595	6054	2370	3785	1455	1362	1329
1890	7726	2965	3816	5775	1776	3813	2703
1900	851	1725	714	2371	1631	2948	2027

Fonte: Butlin, 1959.

Conforme mostram as tabelas 4 e 5, o principal investimento do governo eram as ferrovias, que passaram também a ser a principal fonte de receita.

<b>Tabela 3 - Fontes de receita do Governo - NSW, Victoria e Queensland</b>				
<b>Ano</b>	<b>Tarifas</b>	<b>Terra</b>	<b>Ferrovias</b>	<b>Total</b>
<b>1861</b>	54%	39%	7%	3995
<b>1870</b>	49%	32%	19%	5052
<b>1880</b>	37%	31%	32%	9300
<b>1890</b>	38%	20%	42%	16804

Fonte: Butlin, 1959.

Butlin (1959) ressalta que a tarifação contribuiu para o desenvolvimento de atividades industriais, mas seu principal objetivo era ser fonte de receita. Da mesma forma, as leis da terra objetivavam renda para governo, mas seu efeito positivo para o desenvolvimento era assegurar emprego e agricultura familiar.

A partir de 1870, sob vigência do padrão-ouro, o governo iniciou a securitização de fundos da terra australianos, que possibilitou a expansão de crédito via investimento mas também gerou muita especulação. Esta especulação financeira foi responsável pelo agravamento da crise de capitais iniciada no setor privado após a falência do Banco Baring, em 1890. A década que se estende de 1890 e 1900 foi marcada pela crise. A diminuição dos salários e queda do emprego acarretou em greves e desmantelamento de sindicatos. A crise pressionou a campanha a favor da federalização da Austrália, até que em 1900 o parlamento inglês aprovou o *Commonwealth* e uma nova constituição.

O *Commonwealth* unificou as 6 colônias inglesas em um único domínio - a Austrália. A Coroa inglesa reconhecia-a como nação concedendo ao poder federal autonomia sobre defesa, moeda, tarifas e relações internacionais. Estabeleceu-se, assim, uma unidade federal aduaneira, remoção de tarifas à exportação, expansão do investimento público em ferrovias, apoio à irrigação, programas de imigração assistida, etc. Além disso, as 6 colônias, então unificadas em uma federação, estabeleceram livre-comércio entre si, garantindo aos Estados autonomia sobre os gastos públicos e o compromisso de repassar um quarto da arrecadação ao governo federal.

Segundo Wright (2003), após a federalização das colônias a indústria manufatureira acelerou bastante. Na primeira década do século XX, o investimento na indústria secundária mais do que dobrou e em 1914 o valor da produção industrial já rivalizava com o do setor rural. Durante a Primeira Guerra, o capital do setor minério extrativista buscou diversificação investindo em indústrias pesadas estratégicas, como siderurgia e metalurgia.

A política foi marcada pelo aumento da participação trabalhista. Houve fortalecimento dos sindicatos, formação de indústrias de base, expansão da atividade mineira, nacionalização de monopólios, etc. Em 1904, surgiram as cortes de arbitragem industrial que regulavam as relações de trabalho e estabeleciam piso para os salários, que passara a ser de responsabilidade federal.

A trajetória de crescimento da Austrália entre 1870 e 1913 foi crescente e sustentada, mas não acelerada. No período, o PIB per capita aumentou 0,9% ao ano (Maddison, 1995). Durante a primeira guerra mundial, o governo da Austrália aumentou sua intervenção. O *Commonwealth* manteve o programa de imigração assistida. Ao final da primeira guerra, a Austrália participa do Tratado de Versalhes, no qual entrou para a “liga das nações”. Os anos da década de vinte foram prósperos, principalmente por causa do reaquecimento das exportações de matérias-primas e *commodities* e das políticas internas de incentivo à indústria.

Shaw (1944) afirma que a depressão de trinta assemelhou-se bastante com a dos anos de 1890: queda da entrada de capitais, queda de preços e de salários. Com a arrecadação e reservas de divisas em baixa – mesmo com superávit comercial –, os gastos em obras públicas diminuíram muito, contribuindo para o agravamento do desemprego. Em 1931, o Estatuto de Westminster<sup>11</sup> concedeu mais autonomia para os domínios. Em 1932, a reunião de Ottawa, Canadá, simbolizou o trunfo da antiga campanha dos domínios para a criação de taxas preferenciais bivalentes entre os países do Reino e aumento de tarifas para países não pertencentes a ele. De acordo com Shaw (1944), os produtos australianos, exceto derivados de leite, ovos e frios, obtiveram livre-entrada na Inglaterra. A importação de carne era regulada por cotas que beneficiavam Austrália, Canadá e Nova Zelândia. No entanto, a Austrália reduziu tarifas para a Inglaterra somente a partir de 1934 (redução de 25%). Estas condições vigoraram até 1938. A proteção externa e a interna para a indústria agrícola (exportação sem taxas para a Inglaterra e fixação de preços internos, respectivamente) foram essenciais para a recuperação econômica, evidente na tabela que se segue:

<b>Tabela 4 - Crescimento entre 1929 e 1938</b>								
<b>PIB</b>	<b>População</b>	<b>Indústria</b>	<b>Produtividade</b>	<b>Peso ind/PIB</b>	<b>Valor EXP</b>	<b>Valor IMP</b>	<b>Desemprego</b>	<b>Salário real</b>
13%	7%	40%	3%	61%	-75%	- 70%	200%	20%

Fonte: Shaw, 1944

Em 1939 a população australiana era de 7 milhões de habitantes e o PIB de £900 milhões (£130 *per capita*).<sup>12</sup> Tal qual os outros países temperados do império, o nível de renda e padrão de vida da população era alto. Isto se deveu, principalmente, aos patamares elevados de salário

<sup>11</sup> O Estatuto de Westminster, assinado em 11 de dezembro de 1931, foi uma emenda do Parlamento do Reino Unido que estabeleceu o *status* de iguais entre os diferentes domínios independentes do Império Britânico e do Reino Unido. Este estatuto deu aos países, ex-colônias inglesas, de Austrália, Canadá e Nova Zelândia, total independência política. Anteriormente ao tratado, o papel Ministério do Exterior dos três países era desempenhado pelo Reino Unido - motivo pela qual os três países entraram automaticamente em guerra com o início da primeira guerra mundial.

<sup>12</sup> Shaw (1944).

comparativamente a outros países. Além disso, o governo garantia os serviços sociais, notadamente, o sistema de seguros, educação, saúde e habitação. A tributação direta representava 16% do PIB, menos do que em outros países avançados no mesmo período (EUA = 23%, Inglaterra = 25%, França = 26% e Itália = 31%).

## 2.2 Canadá

A colonização européia começou no século XV, quando os britânicos, e principalmente, os franceses estabeleceram-se pelo Canadá. Com a Guerra da Independência dos EUA, o Canadá recebeu levas de colonos leais aos britânicos, provenientes das treze colônias britânicas rebeldes. Nos primórdios da colonização européia no Canadá, a principal fonte de renda era a caça e o comércio de peles. Os britânicos instalaram-se no norte e no oeste, nas atuais províncias de Colúmbia Britânica, Alberta, Saskatchewan, Manitoba, e nos atuais territórios de Nunavut, Territórios do Noroeste e Yukon. Este vasto território, escassamente povoado, era administrado pela Companhia da Baía de Hudson<sup>13</sup>. Enquanto isto, os franceses instalaram-se no leste, onde atualmente são as províncias de Ilha do Príncipe Eduardo, Nova Brunswick, Nova Escócia, Ontário e Quebec. Este território era conhecido como Nova França.

Em 1812, os Estados Unidos invadiram o território canadense, na tentativa de anexar o resto das colônias britânicas na América do Norte, desencadeando uma guerra, que no fim resultou na expulsão dos norte-americanos por tropas britânicas. O medo de uma segunda invasão americana, aliado ao fracasso britânico em assimilar os franceses fez com que a idéia da Confederação Canadense fosse aprovada pelos britânicos. Em 1º de julho de 1867, as províncias do Canadá, Nova Brunswick e Nova Escócia tornaram-se uma federação e, em parte, politicamente independente do Reino Unido, pois os britânicos ainda teriam controle sobre o Ministério das Relações Exteriores do Canadá por mais 64 anos. Em 1931, segundo os termos do Estatuto de Westminster, o Canadá adquiriu soberania sobre seu Ministério das Relações Exteriores e qualquer ato aprovado pelo Parlamento do Reino Unido não teria efeito no país sem o consentimento dos canadenses.

Segundo Aitken (1959), todas as colônias estavam dentro da esfera geral de controle do governo britânico, o que aumentou o grau de complexidade da administração pública, pois o lócus do estado nem era único nem constante ao longo do tempo. Então, uma pluralidade de “governos” influenciou a direção e a taxa de crescimento econômico no Canadá. Todos eles se incluem no conceito de Estado e a discussão de seu papel no desenvolvimento canadense envolve as atividades

---

<sup>13</sup> A Companhia da Baía de Hudson é a mais antiga corporação do Canadá e uma das mais antigas do mundo ainda em atividade. A corporação foi fundada em 1670, e controlou muito do comércio de peles nas colônias britânicas na América do Norte por vários séculos, explorando grande parte do norte da América do Norte. Com o declínio do comércio de peles, a companhia cedeu seus territórios ao Canadá, e a companhia passou a ser uma vendedora de produtos vitais aos assentadores do oeste do país.

de todos os níveis de governo na “linha direta de soberania” desde a coroa e parlamento britânicos até à municipalidade. A dificuldade com tal procedimento, por sua vez, residiu no fato de que, em diversos momentos de sua história, o Canadá sofreu uma grande influência de outro estado, os EUA.

Aitken observa que o Estado canadense desempenhou um papel fundamental no direcionamento e estímulo do desenvolvimento. O papel desempenhado pelo estado no desenvolvimento de uma economia transcontinental foi evidente, ressalta o autor: tais medidas são conhecidas como “Política Nacional” e se referem ao sistema de tarifas protecionistas adotadas em 1878 e à estratégia de expansionismo defensivo adotada pelo novo governo federal depois de 1867. No cerne da “Política Nacional” estava a determinação em fortalecer o eixo leste-oeste do Canadá através da construção de uma ferrovia transcontinental. O Canadá central – as províncias de Ontário e Quebec – seria o centro manufatureiro e financeiro do novo domínio e pela estrada transcontinental os bens manufaturados poderiam ser vendidos do oeste para os mercados das pradarias, e os produtos agrícolas do leste para as províncias de Saint Lawrence e Europa.

A assistência oferecida pelo governo federal a qualquer companhia contratada para construir a ferrovia do Pacífico foi originalmente generosa e se tornou crescente. Não era visto como desejável ou factível que o governo construísse a ferrovia sozinho. Em 1880, um grupo de empresários satisfaz dois requisitos estabelecidos pelo governo: afiliação nacional e talento e recursos requeridos para tal. Com a assistência do governo, uma administração altamente competente e técnicas de construção já aperfeiçoadas nos Estados Unidos, a ferrovia da costa do Pacífico foi terminada com sucesso em 1885.

A defesa contra o expansionismo econômico norte-americano requeria uma expansão transcontinental no Canadá; mas seus custos, cobertos originalmente pelo governo e indiretamente pelos consumidores via maiores tarifas, fizeram da manutenção de tal unidade econômica nacional tarefa difícil. Entretanto, em 1878, o segundo pilar da Política Nacional foi estabelecido: as tarifas protecionistas. Aqui o poder do estado foi aplicado diretamente para levar à unidade econômica nacional e impedir a expansão norte-americana. Depois da construção da ferrovia, ao diminuir os custos de transportes, os produtos canadenses ficaram mais vulneráveis à concorrência dos importados; dessa maneira, o reconhecimento da necessidade de busca de uma maior taxa de industrialização se tornou crescente.

Assim, como bem observa Aitken, tanto na legislação tarifária quanto na construção da ferrovia o Estado pós-confederação assumiu um papel ativo na promoção do desenvolvimento. Ultrapassando os deveres básicos constitucionais do governo – segurança interna e justiça -, a responsabilidade do governo federal canadense também abarcou a construção do sistema de transportes leste-oeste em parceria com o setor privado; estabelecimento de barreiras tarifárias a

partir das quais poderia se desenvolver o complexo industrial; e a promoção da imigração e do fluxo de capital da Europa.

No decorrer do século XIX, a economia do Canadá passou a ser mais dependente da agricultura, pecuária e mineração. A importância da caça diminuiu drasticamente. Porém, dado o imenso tamanho do país, a economia do Canadá variava de região para região. Em Ontário, a principal fonte de renda era a agricultura e a mineração. A província era então um dos maiores pólos agropecuários do mundo. Quebec era o centro industrial, ferroviário, portuário e bancário do Canadá, bem como o maior produtor de eletricidade. As províncias do Atlântico dependiam consideravelmente da pesca, e as províncias do centro-oeste, da agricultura - especialmente do cultivo de trigo. Com relação à estrutura de exportação do Canadá:

<b>Tabela 5 - Cinco Principais Exportações do Canadá</b> (% do valor total das exportações de determinados períodos)			
Canadá	1920-24	1925-29	1930-34
Trigo e farinha de trigo	29,2	33	21,3
Papel de jornal	6,7	9,2	14,5
Madeira	6,2	3,7	3,7
Carne	4,0		
Peixes	3,1	2,4	3,4
Polpa de madeira		3,7	4,2
Cinco principais exportações	49,2	52	47,1

Fonte: Solberg (1981)

Assim como explicita a tabela, o trigo constituía a exportação mais importante do Canadá em todo o período entre guerras: a maior parte do trigo produzido era exportado e o principal mercado era indiscutivelmente o inglês. O comércio de exportação canadense era bastante diversificado, já que incluía produtos minerais, florestais e industriais, além da produção agrária. Com relação à pecuária, diz Solberg (1981), havia sido parte importante da economia das pradarias, mas começou a declinar em 1900.

Segundo Meier (1953), a aceleração do crescimento econômico canadense depois de 1895 não dependeu inicialmente do influxo de capital estrangeiro. Até 1905, os empréstimos estrangeiros não haviam alcançado proporções significantes. O investimento estrangeiro reforçou e prolongou a expansão, mas foram as oportunidades oferecidas pela expansão inicial que atraíram originalmente o capital estrangeiro. Enquanto a expansão canadense atraiu capital estrangeiro, o investimento adicional e o consumo associados com a importação de capital contribuíram para o posterior crescimento na renda e serviu para prolongar a expansão. Segundo Teichman (1982), a elite comercial canadense não dividia o controle das economias exportadoras nascentes com os interesses estrangeiros. Inaptos a competir com a Hudson's Bay Company por conta de suas maiores reservas financeiras e vantagens de transporte, este pioneiro grupo mercantil canadense se tornou o

intermediário do comércio de grãos da América do Norte. E tal papel de intermediário no fluxo de produtos primários para a Europa proporcionou o controle do sistema bancário a este grupo.

Nas primeiras décadas do século XX, Ontário passou por um rápido processo de industrialização. A província tornou-se um grande centro industrial e bancário, ainda que Quebec se mantivesse na liderança. A economia das províncias do Atlântico passou a depender principalmente da produção de produtos de madeira e derivados, enquanto que no centro-oeste a principal fonte de renda das províncias continuou sendo a agricultura. Segundo Aitken, o estado continuou a influenciar a taxa e a direção da mudança econômica: a promoção da indústria de papel e polpa de madeira no Canadá Central; a construção da via marítima de Saint Lawrence; e o controle das indústrias de petróleo e gás natural. O instrumento primário de assistência estatal para a indústria de papel e polpa de madeira foi a tarifa. O crescimento espetacular de tal indústria se deveu parcialmente aos ricos recursos canadenses de madeira e energia hidrelétrica; parcialmente à grande demanda por papel para jornal dos EUA e parcialmente à uma política estatal consistente de desencorajar a exportação de madeira bruta e fomentar sua manufatura em papel e polpa de madeira dentro do Canadá.

Assim, de acordo com Aitken, a taxa e a direção do desenvolvimento canadense foram determinadas principalmente pelas características econômicas de alguns produtos primários: peixes, pele, madeira de lei, carne, trigo e minérios. Cada um deles estabeleceu para o Canadá o papel de uma economia satélite e fornecedor marginal ou dos EUA ou da Inglaterra. Esses dois países foram ainda a principal fonte de importação de capital e de mão de obra imigrante. A atuação fundamental do estado no desenvolvimento canadense foi o de facilitar a produção e a exportação de tais produtos. Tal feito envolveu duas principais funções: planejamento e, em alguma extensão, financiamento da melhoria do sistema de transporte interno; e a manutenção da pressão sobre outros governos para assegurar termos comerciais mais favoráveis para as exportações canadenses. Com relação ao desenvolvimento econômico, a saída do *status* de colônia e o alcance da independência política significaram a criação de um aparato político competente para desempenhar tais funções de maneira efetiva.

### **2.3 Argentina**

A Argentina começou seu processo de independência da Espanha em 25 de maio de 1810 – “Revolução de Maio” –, empenhando-se em guerras contra os espanhóis e seus simpatizantes. Mas a revolução não teve uma calorosa acolhida em todo o vice-reino. Entretanto, as campanhas militares lideradas pelo general José de San Martín e Simón Bolívar entre 1814 e 1817 incrementaram as esperanças de independência da Espanha, que foi declarada finalmente em 9 de julho de 1816.

De acordo com Bethell (2002), ainda no final da década de 1870, a qualidade da pecuária continuava insatisfatória, o país importava trigo, a rede de transportes cobria apenas pequena parte do território, os serviços bancários ainda se achavam em estado rudimentar e a entrada de capital e de imigrantes era modesta. O primeiro censo nacional realizado em 1869 fornecera provas claras do atraso relativo da Argentina: a densidade era de 0,43 pessoa por quilômetro quadrado. O deserto parecia indomável, não somente pelas distâncias impossíveis de transpor, mas também pela resistência armada de tribos indígenas.

Na década de 1870 tornou-se então evidente a necessidade de expandir a fronteira para acomodar os crescentes rebanhos de carneiros e facilitar a realocação do gado. Para tal feito, foi imprescindível a construção de estradas de ferro e do desenvolvimento do telégrafo. O capital era escasso e a necessidade de enormes investimentos em infra-estrutura era crítica. As instituições financeiras nacionais eram poucas. Os nativos possuíam ativos fixos na forma de grandes extensões de terras ou casas nas cidades e ativos móveis, tal como o gado. Havia grande atividade dos grupos privados (principalmente ingleses), com vínculos com bancos internacionais, sobretudo no setor ferroviário. Mas o impulso ferroviário inicial foi dado pelo Estado argentino de acordo com Bethell. Entretanto este era incapaz de prover todos os recursos financeiros (baseados fundamentalmente nas taxas alfandegárias) e acabou obtendo-os por meio de empréstimos na Europa, sobretudo na Inglaterra. A tabela abaixo mostra a composição dos investimentos ingleses na Argentina:

<b>Tabela 6 - Investimentos Ingleses Diretos e em Carteiras de títulos na Argentina (em milhões de libras)</b>						
	<i>1865</i>	<i>1875</i>	<i>1885</i>	<i>1895</i>	<i>1905</i>	<i>1913</i>
Total dos investimentos	2,7	22,6	46,0	190,9	253,6	479,8
Investimentos diretos	0,5	6,1	19,3	97,0	150,4	258,7
Investimentos em títulos	2,2	16,5	26,7	93,9	103,2	221,6
Empréstimos ao governo	2,2	16,5	26,7	90,5	101,0	184,6
Ações de companhias				3,4	2,2	37,0

Fonte: Bethell (2002)

Vale complementar que, conforme Teichman (1982), enquanto os grupos argentinos retinham a propriedade da terra, os interesses britânicos controlavam a rede de transportes, os serviços bancários e as casas comerciais.

Ainda segundo Bethell, no final do século XIX e nas primeiras duas décadas do século XX, uma nova onda expansionista da agricultura invadiu as terras que já haviam sido cedidas, total ou parcialmente, à criação do gado. Uma das características desse processo é que ele não acarretou a substituição da pecuária pela agricultura; ao contrário, as duas complementaram-se. Porém aconteceu que, enquanto no final do século grandes quantidades de terra estavam sendo abertas à

agricultura à medida que as estradas de ferro criavam novas ligações com os mercados, não havia número suficiente de agricultores dispostos – ou até disponíveis- a cultivá-las.<sup>14</sup>

As exportações dos pampas argentinos eram muito mais diversificadas do que as das pradarias canadenses, nas quais se cultivava essencialmente trigo, como observa Solberg (1981). O trigo argentino competia com a produção de milho, linho e, especialmente, de alfafa, que era um cultivo básico para a pecuária. Além disso, nos pampas argentinos a pecuária era o negócio do grupo econômico e político mais poderoso. Os recursos naturais, especialmente da província de Buenos Aires, foram muito propensos a criar gado destinado ao mercado de carne. Uma vez resolvido o problema técnico mediante barcos com refrigeração e frigoríficos no fim do século XIX, as exportações de carne argentina iniciaram um período de crescimento espetacular. E, quando começou o auge do trigo pouco tempo depois, a pecuária não cedeu lugar - ao contrário do que aconteceu no Canadá. A Argentina era a primeira no mundo em exportações de carnes e cerca de 40% do total das exportações mundiais provinha dos pampas. Como em outros aspectos da vida econômica argentina, a Inglaterra desempenhava um papel central no comércio de carnes. Mas, apesar da grande quantidade de terras destinadas à criação de gado e das importantes influências que os pecuaristas exerciam sobre as decisões de política econômica da Argentina, a exportação de carnes ocupava somente o terceiro lugar no total das exportações argentinas.

Entre 1890 e 1900, a produção da agricultura e da pecuária melhorou consideravelmente. A produção industrial, graças à capacidade ociosa, sofreu grande impulso por conta da proteção da taxa cambial – embora tal efeito protecionista não tenha sido intencionado a priori, conforme ressaltou Bethell. Todavia o crescimento industrial não decorreu de tarifas protecionistas, mas da redução de custos e da conquista de novos mercados. Com isso, a indústria conseguiu desenvolver-se quando os mercados se ampliaram graças às estradas de ferro. Exemplos disso são o açúcar em Tucuman, o vinho em Mendoza e os moinhos de trigo em Santa Fé e Córdoba.

No período 1900 a 1912, observou-se um grande aumento da importância dos cereais - que se espalharam por toda a província de Buenos Aires, embora complementando muito mais do que substituindo a criação de gado - e da carne, que adquiriu tanta importância no comércio exterior argentino quanto os cereais. De acordo com Bethell, vários fatores contribuíram para estimular a produção de grãos e a agricultura mista. A estrada de ferro possibilitou o crescimento da produção em áreas mais remotas. Simultaneamente, novas técnicas de congelamento e de transporte refrigerado na travessia do Atlântico transformaram a indústria de carne. Além disso, para engordar o gado havia a necessidade de cultivo de alfafa e milho nas zonas produtoras de gado da província

---

<sup>14</sup> Segundo Bethell (2002), a principal causa do aumento da população foi a entrada em massa de imigrantes, em especial da Itália e da Espanha. A relação entre a população rural e a urbana também mudou consideravelmente: a população urbana passou de 29% em 1869 para 53% em 1914. Além do enorme crescimento das cidades, foi grande também o aumento do número de pequenas vilas no litoral. Foi esse um dos fatores que, juntamente com a expansão da rede ferroviária, ajudaram a diminuir o tradicional isolamento das zonas rurais.



de Buenos Aires e nas regiões de Córdoba e La Pampa. Tudo isso se deu em consequência do aumento da exportação de carne frigorificada e congelada, principalmente para a Inglaterra.<sup>15</sup>

Além disso, complementa Bethell, o caráter tecnológico da agricultura teve efeitos importantes: como empregava mais mão de obra, acarretou uma distribuição de renda mais favorável. Implicou também o assentamento de trabalhadores nas zonas rurais, a criação de diversos serviços de transporte e o aparecimento de diversas atividades para fornecer bens e serviços à população rural. As estradas de ferro ligaram os mercados do interior aos mercados urbanos do litoral e com isso criaram um mercado nacional. A demanda local começou a competir com os mercados estrangeiros pelos gêneros alimentícios produzidos no país. Assim, o crescimento não se limitou ao setor exportador. O aumento no número de assalariados e o crescimento da renda real favoreceram a expansão do mercado interno e propiciaram uma gama crescente de oportunidades de investimento interno.

Dessa maneira, em linhas gerais, o crescimento que mudou profundamente a Argentina até a eclosão da primeira guerra mundial, apoiou-se na exploração de mercadorias básicas, escoadas para os mercados internacionais. Mas não se limitou a isso: como a agricultura e a produção de carne empregavam um maior número de trabalhadores, houve muitas integrações e retro integrações via formação de um importante mercado interno. A população das novas áreas agrícolas e dos centros urbanos que se desenvolveram nas proximidades, além dos portos, precisou de transporte, de moradia e de roupas. Estes centros foram ainda os mercados primários e secundários da produção agrícola.

Entretanto, como bem destaca Bethell, em 1914 ainda não havia uma alternativa para a economia da exportação de produtos primários. Apesar do crescimento da indústria, tal expansão não afetara o alto coeficiente de importação da Argentina: ainda não havia uma prova conclusiva de que o país tinha um futuro garantido como potência industrial plenamente desenvolvida. A indústria local ainda dependia fortemente da procura interna e das receitas do setor de exportação e da entrada de investimentos externos. A Argentina tinha poucos embriões de indústria pesada ou de indústrias de bens de capital integradas. Suas reservas relativamente escassas de carvão e de minério de ferro se encontravam em regiões distantes. Além disso, apesar do mercado interno ser rico ainda era relativamente pequeno e os mercados externos eram dominados pelos gigantes industriais do mundo.

Segundo Bethell, a instalação de fábricas norte-americanas e inglesas de embalagem de carne depois de 1900 e o aumento das exportações de carne refrigerada de alta qualidade

---

<sup>15</sup> Bethell (2002) observa que a produção de carne de qualidade para os mercados internacionais exigiu importantes medidas de adaptação interna: mudanças no uso da terra, no sistema de propriedade e no tamanho das fazendas de gado. Nas zonas de pecuária, tornou-se comum o arrendamento onde antes predominara grandes fazendas. Diminui o número de estâncias pequenas e grandes, enquanto aumentou o de médias.

provocaram grandes mudanças na pecuária argentina. No entanto, durante a guerra essas tendências cessaram de maneira abrupta, o negócio da carne refrigerada foi suspenso, enquanto as exportações de carne congelada ou enlatada aumentaram bastante; com a mudança para uma carne de menor qualidade, deixou de ser essencial o uso de rebanho excelente ou de engordá-los em pastos especiais. Entre 1914-1921 várias novas empresas de embalagem de carne foram fundadas. Ao mesmo tempo, empresas urbanas de Buenos Aires e de Rosário, contando com generosos créditos bancários, foram atraídas para a pecuária em grande escala. O surto de prosperidade terminou em 1921 quando o governo inglês parou de estocar os suprimentos vindos da Argentina, aboliu o controle da carne e começou a liquidar seus valores mobiliários acumulados. A produção de carne congelada e enlatada diminuiu drasticamente e quase desapareceu. Depois disso, o pouco que restou do negócio voltou a ser dominado pela carne refrigerada. Em virtude da organização vertical da indústria, as perdas que ocasionou não foram distribuídas de forma igual: os grandes prejudicados foram os criadores.

Em suma, baseando-se em O'Connel (1984), a Argentina era uma produtora de zona temperada em competição direta com a produção doméstica, e mesmo com as exportações, de quase todas as economias do mundo. E, mais do que isso, nos mercados de alguns de seus produtos, não era apenas um produtor marginal, o que colocava o país numa situação vulnerável às condições de excesso de oferta. Abaixo, uma relação das principais exportações argentinas:

<b>Tabela 7 - Cinco Principais Exportações da Argentina</b> (% do valor total das exportações de determinados períodos)			
Argentina	1920-24	1925-29	1930-34
Trigo e farinha de trigo	27,3	24,2	19,1
Milho	13,4	18,5	21,6
Carne	15,3	15,3	17,1
Linho	12,4	12,2	13,5
Lã	7,8	8,2	7,2
Cinco principais exportações	76,2	78,4	78,5

Fonte: Solberg (1981)

A economia argentina era ainda, complementa O'Connel, particularmente vulnerável às dificuldades da economia britânica. Dessa forma, a política econômica tinha uma autonomia muito limitada. Além disso, o caráter essencial da maioria das importações tornava extremamente difícil cortá-las mesmo em períodos de depressão. A instabilidade e o comportamento marcadamente cíclico não eram novidade na economia argentina antes de 1930 e foram intensificadas em suas conseqüências pela grande vulnerabilidade implicada pela abertura da economia. O colapso dos preços das exportações argentinas aconteceu antes do *crash* de 1929 e pode ser atribuído às forças de longo prazo nos mercados mundiais – tendência à deterioração dos termos de troca -, o que indicava que o país precisava encontrar outros veios para retomar o crescimento.

### 3. Análise comparativa

A presente seção pretende realizar uma análise comparativa das histórias de desenvolvimento protagonizadas por Canadá, Austrália e Argentina. A fim de enfatizar diferenças muitas vezes bastante particulares entre esses países, privilegia-se geralmente um paralelo entre os países, partindo-se essencialmente da idéia do contraste entre os domínios ingleses com trajetórias e resultados semelhantes – Austrália e Canadá -, e aquele país com trajetória similar, mas resultado diferente dos domínios formais ingleses<sup>16</sup> – Argentina.

Antes de iniciar a análise comparativa propriamente dita, vale justificar que optou-se pelo estudo da Austrália, Canadá e Argentina porque no momento de partida da análise os três países estavam em um estágio parecido de desenvolvimento. As principais similaridades entre os países decorreram exatamente da condição comum de colônia temperada inglesa. Os produtos de exportação principais eram trigo, carne e lã. A mão de obra era predominantemente européia, com conhecimentos técnicos similares entre si e não abundante. Não havia auto-suficiência de capital interno e por isso dependiam de financiamento externo – principalmente inglês -, embora os termos de tais financiamentos tenham diferido entre os países. Pode-se afirmar também que, dada a semelhança dos fatores e técnicas produtivos, o nível de salário era compatível.

No que diz respeito ao estabelecimento da infra-estrutura, uma boa base de comparação é a extensão das linhas ferroviárias, tal como explicitado na tabela abaixo:

<b>Tabela 8 - Extensão das linhas ferroviárias (Km)</b>		
<b>País</b>	<b>1870</b>	<b>1913</b>
Austrália	1529	31453
Canadá	4211	47160
EUA	85170	401977
Argentina	732	33478
Brasil	745	24614

Fonte: Maddison (1995)

A análise dos dados revela a interessante semelhança entre os países escolhidos pelo presente trabalho no que se refere à formação de infra-estrutura na transição entre o século XIX e XX. Vale observar que os Estados Unidos, embora também tenham desempenhado o papel original de “celeiro” da Inglaterra, tiveram uma trajetória de desenvolvimento extremamente particular e avançada em relação aos outros domínios. A prova disso é que, já na década de vinte, os Estados Unidos se afirmavam como a grande potência mundial, desbancando a sua antiga metrópole.

Com relação à pauta de exportação, Solberg (1981) indica que o trigo constituía a exportação mais importante do Canadá em todo o período entre guerras; com relação à Argentina, o

---

<sup>16</sup> Vide gráfico 1.

trigo foi a principal exportação até 1930<sup>17</sup>. Ambos tinham uma posição importante na economia internacional de trigo: o Canadá foi em geral o maior exportador enquanto que a Argentina sempre ocupava a 2ª ou 3ª lugar. Vale observar também que a produção de trigo argentino e canadense repousava de forma absoluta sobre o mercado de exportação. Junto com os EUA e a Austrália, produziam a maior parte dos excedentes mundiais exportáveis. A Austrália tornou-se auto-suficiente na produção de trigo logo nas primeiras décadas de colonização. Seu principal produto de exportação sempre fora a lã, mas as exportações de trigo foram tomando importância e, após os anos vinte, concorriam diretamente com os demais países pelo mercado inglês, chegando a corresponder a cerca de 20% das importações daquele país. Os EUA, pelo contrário, tinha grande parte de sua produção absorvida pelo mercado interno.

<b>Tabela 9 - Fontes das importações de trigo do Reino Unido</b> (como porcentagem do total das suas importações de trigo)					
<b>Ano</b>	<b>Canadá</b>	<b>Austrália</b>	<b>Total do Império</b>	<b>Argentina</b>	<b>EUA</b>
1926	37,1	9,5	49,4	12,3	32,4
1927	29,1	13,4	47,1	17,6	32,3
1928	39,6	9,9	51	23,6	22,9
1929	24,3	11,4	36	40,6	19,9
1930	24,9	12,1	40,5	14,5	20,1
1931	22,7	19,5	42,6	17,4	9,4
1932	44,3	22,8	67,2	19,5	4,4
1933	40,4	26,1	67	22	

Fonte: Solberg (1981)

Entretanto, apesar de estar claro que a produção de trigo era relativamente mais importante para o Canadá, a Argentina dependia muito mais das exportações agrícolas do que o Canadá. O comércio de exportação canadense era muito mais diversificado, incluindo produtos minerais, florestais e industriais, além da produção agrária. Tal contraste sugeriria que, no caso argentino, o desenvolvimento industrial não foi paralelo à prosperidade agrícola. No caso da Austrália, o produto de exportação mais importante era a lã, que teve a demanda muito aquecida nos períodos de guerras. O trigo era o terceiro produto mais importante. Embora a Austrália, tal como a Argentina, não tivera uma pauta de exportação tão diversificada, o Reino Unido significava menos para ela como mercado de exportação do que para a Argentina.

No que se refere à natureza do capital externo, Solberg mostra que o investimento britânico entrou no Canadá sob a forma de investimento em portfólio, o que significa que os ingleses não tinham controle direto. Os ingleses compravam ações das companhias canadenses, que eram dirigidas por empresários locais a partir de suas matrizes em Montreal e Toronto. Na Austrália, por

<sup>17</sup> Vide tabelas 5 e 7.

sua vez, o dinheiro entrava, em sua maioria, como empréstimos para os setores público e privado em igual proporção. Conforme Shaw (1944), o investimento da Inglaterra correspondia à cerca de dois terços da formação de capital do país. Por outro lado, o investimento britânico na Argentina envolveu o controle direto<sup>18</sup> em um grande número de setores: estradas de ferro, bancos, serviços e fábricas de embalagem de carne. As principais firmas que foram estabelecidas no país eram administrados por meio de diretórios ingleses. Assim, as elites pioneiras do Canadá/Austrália e da Argentina diferiram nas bases de sua acumulação de capital. Enquanto no caso das colônias formais uma elite comercial controlava a economia exportadora, no país latino a elite agrária dividia o controle com os interesses comerciais e financeiros da Inglaterra.

Outro fator fundamental é a natureza e a intensidade do projeto industrializante. De acordo com Solberg, o que distinguia a indústria argentina de 1939 das outras indústrias dos países em vias de desenvolvimento, como o Canadá, era a ausência de indústria de bens de capital e de automóveis. A indústria canadense, centrada em Montreal, Hamilton e Toronto, havia realizado grandes avanços desde que o governo sancionou as políticas protecionistas de 1870. Embora os capitais ingleses tenham desempenhado um papel fundamental no financiamento da construção de ferrovias, de 1896 a 1900 o Canadá importava muito menos de equipamento ferroviário inglês. Isso mostra que o Canadá já possuía uma estrutura industrial extensa. O Canadá possui, relativamente à Argentina, uma maior disponibilidade de matérias-primas industriais de fácil acesso, tal como minério de ferro, zinco e produtos florestais. Além disso, Ontário e Québec tinham acesso a ricas fontes de energia hidrelétrica. A indústria australiana, por sua vez, começou na segunda metade do século XIX pelo setor de semi-manufaturados. Contemplava, principalmente, manteiga, farinha, cerveja, carne, etc. A partir da primeira década do século seguinte, a indústria de base avançou bastante, notadamente a de aço em decorrência da diversificação dos investimentos cuja fonte principal era as empresas extrativistas de minérios. Conforme visto na seção 2 sobre o país, a produção em valor do setor industrial já equivalia ao rural às vésperas da primeira guerra.

Retomando a argumentação central do artigo, considera-se que a questão da distribuição de terras tenha desempenhado papel de ponto de inflexão para a determinação da postura da elite dominante em relação ao que acreditavam ser o melhor projeto de desenvolvimento dos seus respectivos países. Na Austrália e no Canadá, a Coroa inglesa foi mais restritiva em relação de distribuição e/ou doação de terras, o que dificultou a formação de grandes latifúndios e evitou o predomínio político dos representantes da elite primário-exportadora. Paralelamente, levando-se em conta os ideais de proteção e expansão do território, elites não agrárias se fortaleceram. Em contraste, no caso argentino, predominou a formação de latifúndios – embora tenha havido

---

<sup>18</sup> Vide tabela 6.

momentos de contra-tendência – e o subsequente domínio político e ideológico da elite agrária do país, o qual se manteve para além do período analisado pelo presente trabalho.

Com relação à estrutura de poder político, Solberg salienta que na Argentina a oligarquia agrária dominou a política durante a maior parte do período que vai desde a independência da Espanha em 1816 até a ascensão de Perón em 1943. Esta elite, que sempre fomentou o livre intercâmbio e se opôs às tarifas protecionistas se empenhou em demonstrar que a vantagem comparativa da Argentina se encontrava no setor de exportações rurais e não em sua indústria. No Canadá, os industriais derrotaram os interesses comerciais e de importação que se opunham ao protecionismo em 1870; desde então o poder político canadense se centralizou nas mãos dos financistas e industriais de Ontário e Quebec. Por sua vez, na Austrália o governo local caracterizou-se pelo equilíbrio entre os grupos de poder que tinham o interesse em comum de promover integração do território e desenvolver a infra-estrutura interna. A urbanização e a expansão das fronteiras agrícolas, conjuntamente com a indústria de semi-faturados, fez com que a classe trabalhadora adquirisse representatividade na política e defendesse níveis de salário mais elevados. O precoce fortalecimento dos sindicatos é uma prova disto. Moran (1970) argumenta que as diferentes alianças construídas pelo partido trabalhista australiano em torno de tarifas industriais protecionistas constituíram uma mudança para um novo núcleo político ao redor do qual tanto os velhos quanto os novos grupos puderam ser integrados em um processo de desenvolvimento econômico e social. No caso argentino, pelo contrário, não ocorreu uma mudança de foco de uma economia primário exportadora para uma industrialização nacional e, por conseguinte, de acordo com o autor, não foi construída uma base sólida nem para o desenvolvimento econômico nem para a integração política. A grande diferença entre os partidos trabalhistas dos dois países teria sido a maneira como se posicionaram frente às tarifas protecionistas e ao apoio à indústria nacional que, como bem observa o autor, foram fatores fundamentais para a determinação do subsequente curso do desenvolvimento econômico e da integração política.

Enfim, a partir da análise comparativa, não se nega que a maneira como esses três países se inseriram no Sistema Mundial não seja de fato importante, todavia sugere-se que a explicação para as suas diferentes trajetórias de desenvolvimento não pode se resumir apenas aos condicionantes externos. A suficiência da explicação necessita da inclusão dos condicionantes internos.

### **Considerações Finais**

Antes de concluir, cabe ressaltar novamente o principal fato que culminou na defesa da crucialidade dos condicionantes internos para explicar porque países que partiram de condições iniciais semelhantes, tais como as colônias temperadas analisadas, posteriormente vieram a trilhar trajetórias de desenvolvimento díspares. Nos casos australiano e canadense, ficou claro que desde a

formação do governo local, os interesses da classe primário-exportadora não sobrepujaram a formação de um setor industrial satisfatoriamente desenvolvido, que gerou uma alternativa ao modelo primário-exportador antes que este se esgotasse. Por outro lado, no caso argentino, tal alternativa não se apresentou porque a hegemonia política da elite agrária dificultou a formação de um projeto nacional de desenvolvimento alternativo ao primário-exportador.

A partir de uma retomada histórica das trajetórias da Austrália, do Canadá e da Argentina, o presente trabalho buscou argumentar que para compreender adequadamente os resultados obtidos por tais países – e, por conseguinte, a situação em que se encontram atualmente – é necessária a investigação tanto dos condicionantes externos quanto internos. E ainda mais importante, a combinação analítica proposta pelo artigo buscou explicitar a crucialidade da postura das diversas classes sociais, principalmente da elite dominante, na determinação da natureza do desenvolvimento sócio-econômico.

### **Referências Bibliográficas**

- Aitken, H. G. J (1959). Defensive expansionism: the state and economic growth in Canada in J. G. H. Aitken (org) *The State and economic growth. Papers of a Conference Held on October 11-13, 1956, under the Auspices of the Committee on Economic Growth*.
- Butlin, N. G. (1956) “Colonial socialism in Australia, 1860-1900” in Aitken, H. G. J. (org) *The State and economic growth. Papers of a Conference Held on October 11-13, 1956, under the Auspices of the Committee on Economic Growth*.
- Bethell, L. (2002). *História da América Latina de 1870 a 1930*, v. IV e v. V, Edusp, São Paulo.
- Fiori, J. L. (2004). Formação, expansão e limites do poder global in J.L Fiori (org), *O Poder Americano*, Editora Vozes, Petrópolis.
- Fiori, J. L. (1999). De volta à questão da riqueza de algumas nações in J.L Fiori (org), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Editora Vozes, Petrópolis.
- Gilpin, R. (1987). *The Political Economy of the International Relations*. Princenton University Press, Princenton.
- Lewis, A. (1955). *The theory of economic growth*. London : Allen & Unwin, 1954.
- Maddison, A. (1995). *Monitoring the World Economy 1820-1992*, OECD, Paris, 1998;
- Maddison, A. (2004) *The World Economy: Historical Statistics*. Paris: OECD, 2004.
- Meier, (1953). *Economic development and the transfer mechanism: Canada, 1895-191*. The Canadian Journal of Economics and Political Science, v. 19, n. 01, feb 1953, pp. 1-19.

- Moran, Theodore H. (1970). The 'Development' of Argentina and Australia: The Radical Party of Argentina and the Labor Party of Australia in the Process of Economic and Political Development. *Comparative Politics* > Vol. 3, No. 1 (Oct., 1970), pp. 71-92
- O'Connell, A. (1984) "Argentina into depression: problems of an open economy" in Thorp, R. (org.) *An economic history of XX century Latin America*. Cidade: editora.
- Prebisch, R. (1949) "O desenvolvimento econômico latino-americano e alguns de seus principais problemas" in Bielschowsky, R. (edit), *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, vol 1, 2000.
- Shaw, A. G. L. (1944). *The economic development of Australia*. London; New York: Longmans, Green and co.
- Solberg, E. (1981) Argentina y Canadá: Una Perspectiva Comparada sobre su Desarrollo Económico, 1919-1939, *Desarrollo Económico*, vol 21, No 82;
- Sunkel, O. (2000 [1970] ) "Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante" em Bielschowsky, R. (edit), *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, vol 2, 2000.
- Teichman, J. (1982). Businessmen and Politics in the Process of Economic Development: Argentina and Canada. *Canadian Journal of Political Science / Revue canadienne de science politique*, Vol. 15, No. 1 (Mar., 1982), pp. 47-66
- Wright, C. (2003). "Innovation, Continuity and Conservatism: Australian Employers and Changes in Labour Management, 1900-1950". *UK-Australian Labour History Conference*, Manchester, UK, July 16-18th, 2003.